

**PARECER À EMENDA MODIFICATIVA**  
**AO PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO EXECUTIVO Nº 17, DE 2025**

**Dá nova redação à Ementa e aos artigos 1º e 2º do  
Projeto de Lei Complementar nº 17/2025.**

**Autoria:** Comissão de Constituição, Legalidade, Justiça e Redação Final

**Relatoria:** Vereador Luís Carlos dos Santos – Caçapa (DC)

**I – RELATÓRIO**

Chegou a esta Comissão, para análise de mérito, a Emenda Modificativa apresentada ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 17/2025, cuja matéria trata da doação com encargos de uma área de 4.000m² e da desafetação de bem público municipal, originalmente proposta à pessoa jurídica denominada “Tribunal Regional Federal da 6ª Região”.

A Emenda apresentada promove ajustes redacionais significativos, especialmente:

1. Correção da destinação do bem doado, substituindo o TRF6 como destinatário direto pela União Federal, em consonância com a natureza jurídica do Tribunal (órgão da Administração Direta).
2. Ajuste da ementa para refletir corretamente a finalidade pública da doação (implantação da sede da Subseção Judiciária de Lavras).
3. Substituição integral dos arts. 1º e 2º do Projeto, aperfeiçoando a técnica legislativa, detalhando localização, área, finalidade, encargos e prazos de execução da obra.

A Emenda foi formalmente apresentada pela CCLJRF e encaminhada a esta Comissão para análise de mérito, conforme tramitação constante dos autos

Estando a matéria sob análise da Comissão de Indústria, Comércio, Políticas Rurais, Obras, Ciência, Tecnologia e Desburocratização, é o caso de analisar sua conveniência e oportunidade, na forma regimental (art. 69-B do RICML).



## II – FUNDAMENTAÇÃO

A Emenda Modificativa apresentada ao Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 17/2025 tem por finalidade aperfeiçoar a técnica legislativa e corrigir a indicação do donatário do imóvel a ser desafetado e doado. Como bem fundamentado nos autos e na Nota Técnica nº 109/2025, o Tribunal Regional Federal da 6ª Região é órgão da Administração Direta da União, não possuindo personalidade jurídica própria, razão pela qual a doação deve ser formalmente direcionada à União, que é quem detém competência patrimonial. A emenda promove esse ajuste, mantendo a finalidade de instalação da sede da Justiça Federal de Primeiro Grau em Lavras e conferindo maior precisão jurídica e administrativa ao texto.

Além disso, a emenda aprimora a redação da ementa e dos artigos 1º e 2º do projeto, delimitando a área a ser doada, a localização, a destinação institucional e os encargos associados, inclusive prazos para início e conclusão da obra. Tais ajustes conferem segurança jurídica e alinham a proposição às exigências da Lei Orgânica Municipal no que se refere à alienação de bens públicos, evidenciando a presença de interesse público devidamente justificado. A instalação definitiva da Justiça Federal no município representa relevante avanço institucional, com impactos positivos na prestação jurisdicional, na dinâmica econômica local e na ocupação racional de bem público.

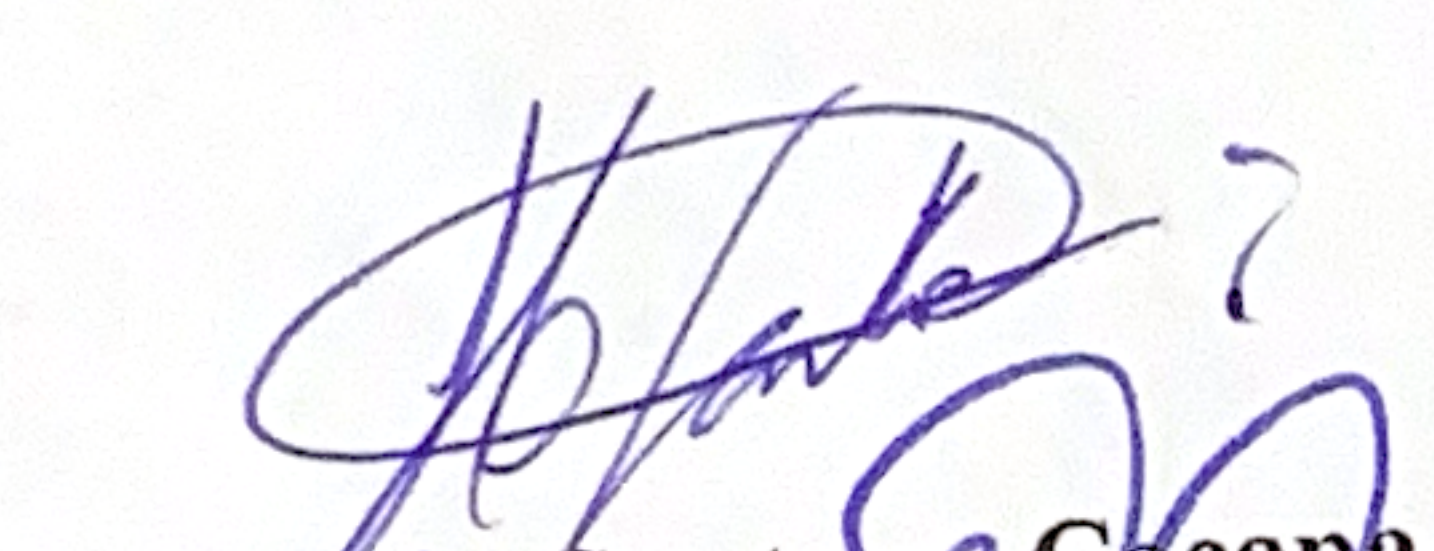
Dessa forma, a Emenda Modificativa corrige impropriedades, fortalece a conformidade legal e técnica da proposição e contribui para a adequada execução da política pública pretendida. Por essas razões, voto favoravelmente à aprovação da emenda no âmbito desta Comissão, para que siga sua tramitação regimental.



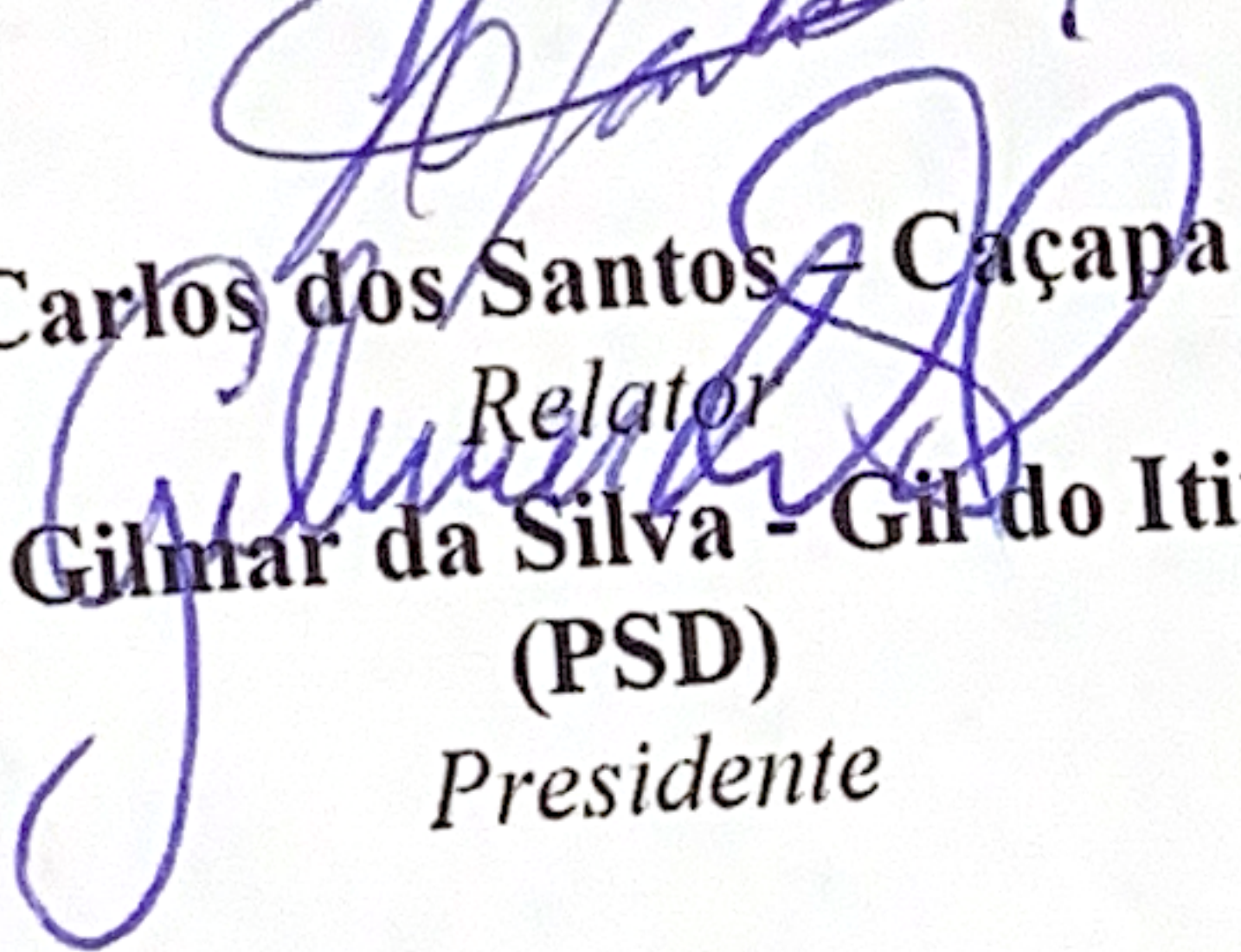
### III – CONCLUSÃO

Ante o exposto, voto pela **aprovação** da Emenda Modificativa ao Projeto de Lei complementar do Executivo nº 17 de 2025, conforme parágrafo único, II, *b*, do RICML.

Lavras, na data do protocolo.

  
Luís Carlos dos Santos – Caçapa (DC)

*Relator*

  
Gilmar da Silva – Gil do Itirapuan  
(PSD)

*Presidente*

José Cherem - Zé Cherem (PRTB)  
*Membro*